



2.ª Edição, número 6, dezembro de 2022



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para nós a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



EM DESTAQUE



Conselho aprova nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas

O Conselho adotou hoje conclusões que aprovam uma nova estratégia que define uma visão a longo prazo para que, até 2050, a UE se torne uma sociedade resiliente às alterações climáticas e totalmente adaptada aos seus inevitáveis impactos.

"As alterações climáticas não são apenas uma ameaça futura – já estão a acontecer agora! Temos de estar mais bem preparados

para as suas consequências para a saúde humana, a natureza e a economia. As conclusões hoje adotadas dão início a um reforço da ação de adaptação. A nova estratégia centra-se na melhoria dos dados e numa melhor utilização dos dados existentes, na promoção de soluções baseadas na natureza, na integração de aspetos financeiros e económicos e na intensificação da ação a nível internacional. O clima tem sido uma prioridade fundamental para a Presidência portuguesa. Por isso, congratulamo-nos com o facto de o Conselho ter hoje aprovado a nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, que, juntamente com a Lei Europeia do Clima, que foi objeto de acordo recentemente, ajudará a UE a tornar-se resiliente às alterações climáticas e a ter um impacto neutro no clima nas próximas décadas."

João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática de Portugal

As conclusões hoje adotadas dão orientações políticas à Comissão no que respeita à aplicação da estratégia.

O Conselho apoia a ênfase dada pela estratégia a uma melhor recolha e partilha de dados para melhorar o acesso a conhecimentos sobre os impactos climáticos e a adaptação e o intercâmbio desses conhecimentos, nomeadamente através do reforço da plataforma Climate-ADAPT.

Nas suas conclusões, o Conselho reconhece a importância da correlação entre o clima e a água e salienta o importante papel que as soluções baseadas na natureza desempenham no reforço da resiliência às alterações climáticas, na manutenção ou reforço da biodiversidade, bem como na proteção e restauração dos ecossistemas.

Os Estados-Membros apoiam os esforços empreendidos no quadro da estratégia para integrar a adaptação nas políticas macro-orçamentais. Convida-se a Comissão, em consulta com os Estados-Membros, a analisar formas de gerir e medir os riscos climáticos para as finanças públicas e a desenvolver um quadro que incentive a utilização de seguros contra os riscos climáticos.

O Conselho destaca o importante papel do reforço da resiliência às alterações climáticas na recuperação económica após a pandemia de COVID-19. A UE definiu uma meta de, pelo menos, 30 % para a ação climática, nomeadamente a adaptação, no quadro financeiro plurianual para 2021-2027, e de, pelo menos, 37 % no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

O Conselho apoia o objetivo da estratégia de intensificar a ação internacional em matéria de adaptação, em conformidade com o Acordo de Paris. Reitera o compromisso da UE e dos Estados-Membros de mobilizar ainda mais financiamento internacional para a ação climática e apoia o reforço da participação e dos intercâmbios mundiais em matéria de adaptação.

As conclusões hoje adotadas fornecem igualmente orientações tendo em vista apresentar à CQNUAC, na perspetiva da COP 26, uma comunicação da UE sobre a adaptação.

Contexto e próximas etapas

A Comissão publicou a sua Comunicação sobre a nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas em 24 de fevereiro. Baseada na estratégia de adaptação de 2013, a nova estratégia é uma das principais ações identificadas no Pacto Ecológico Europeu.

Desde a primeira estratégia, todos os Estados-Membros implementaram uma estratégia ou um plano nacional de adaptação. A plataforma Climate-ADAPT tornou-se uma referência para os conhecimentos em matéria de adaptação, tendo esta sido integrada nas políticas e no orçamento de longo prazo da UE.

Os ministros do Ambiente da UE procederam a uma troca de pontos de vista sobre a estratégia durante a sua videoconferência informal de março e debateram-na durante o evento informal da Presidência realizado por videoconferência em abril.

Fonte:

- Comunicado de imprensa

[Saiba mais Aqui.](#)

Neutralidade climática: Conselho adota Fundo para uma Transição Justa

FUNDO DE TRANSIÇÃO JUSTA

Apoios às empresas na
transição para uma economia
neutra em carbono

Imagem com DR

O Conselho adotou recentemente um regulamento que cria um fundo de 17,5 mil milhões de euros que contribuirá para tornar a transição ecológica justa e inclusiva.

O Fundo para uma Transição Justa (FTJ) financiará projetos que atenuarão os custos socioeconómicos suportados pelas comunidades de toda a UE fortemente dependentes dos combustíveis fósseis ou das indústrias com elevada intensidade de emissões de gases com efeito de estufa, que necessitam de diversificar a economia local.

Esta é uma das medidas que a UE está a tomar para atingir o seu objetivo de redução de pelo menos 55 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e de alcançar a neutralidade climática até 2050.

"O êxito do Pacto Ecológico Europeu assenta na atenuação das consequências para as pessoas mais afetadas pela descarbonização da economia. O Fundo para uma Transição Justa prestará o apoio de que as empresas e os trabalhadores a nível local tanto necessitam, para que assim possamos combater as alterações climáticas em conjunto, enquanto União, sem deixar ninguém para trás."

Nelson de Souza, ministro do Planeamento de Portugal,
Presidência do Conselho

Abordagem territorial

As regiões e os Estados-Membros da UE partem de posições diferentes para a transição climática e dispõem de diferentes capacidades para enfrentar os desafios futuros. Nesta perspetiva, o FTJ visa prevenir o agravamento das disparidades investindo em territórios que necessitem de abandonar progressivamente a produção e utilização de carvão, lenhite, turfa e xisto betuminoso, ou de transformar indústrias altamente poluentes.

O financiamento só será disponibilizado com base em planos territoriais de transição justa que serão elaborados pelos Estados-Membros juntamente com os órgãos de poder local e regional pertinentes. Os planos identificarão os territórios mais afetados e as suas necessidades em termos de investimento.

Recursos

O montante total de 17,5 mil milhões de euros (a preços de 2018) é composto por 7,5 mil milhões de euros disponíveis para autorizações orçamentais para o período 2021-2027 e 10 mil milhões de euros do instrumento de recuperação (*Next Generation EU*) que serão disponibilizados ao longo dos anos de 2021, 2022 e 2023.

Os Estados-Membros contribuirão igualmente para os programas do FTJ. Além disso, podem transferir recursos provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu Mais, o que poderá vir a mobilizar cerca de 30 mil milhões de euros em investimentos.

Âmbito do apoio

O FTJ apoiará as pequenas e médias empresas (PME), nomeadamente as empresas em fase de arranque, e a criação de novas empresas.

O principal foco de atenção do fundo é ajudar as pessoas a adaptarem-se às novas oportunidades de emprego através do investimento na formação e na requalificação dos trabalhadores e dos candidatos a emprego, da assistência na procura de emprego, bem como de medidas de inclusão social.

Outros tipos de investimento incluem a investigação e inovação, a transferência de tecnologias avançadas, a energia verde a preços acessíveis e o armazenamento de energia, a descarbonização dos transportes locais, a digitalização e o reforço da economia circular, nomeadamente através da prevenção de resíduos.

Estão excluídos do âmbito do apoio os investimentos relacionados com centrais nucleares, combustíveis fósseis e produtos do tabaco.

Contexto

O Fundo para uma Transição Justa é um dos três pilares do Mecanismo para uma Transição Justa proposto no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a fim de assegurar que a transição se processa de forma justa. Os outros dois pilares são uma garantia orçamental ao abrigo do programa [InvestEU](#) e um [mecanismo de crédito ao setor público](#).

O Regulamento FTJ será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Fonte:

- Comunicado de imprensa

[Saiba mais Aqui.](#)

Conteúdos de referência Internacional

ONU:

**Em reunião sobre biodiversidade no Canadá,
Guterres pede pacto com a natureza**



Imagem com DR

Secretário-geral da ONU diz que governos devem propor planos ambiciosos de ação para proteger e preservar os recursos naturais; pacto deve ser um Quadro Global de Biodiversidade pós 2020 com metas claras sobre a causa da destruição além de mecanismos de prestação de contas.

O Secretário-geral das Nações Unidas pediu um Pacto com a Natureza durante sua participação na Conferência COP15 sobre Biodiversidade, em Montreal, no Canadá. Durante uma entrevista a jornalistas, António Guterres disse que a proposta deve ser ambiciosa e conter meios de prestação de contas.

Planeta deve caminhar na direção da recuperação

Guterres afirmou que os governos precisam desenvolver planos de ação ousados para proteger os recursos naturais colocando o planeta na direção da recuperação.

O Pacto com a Natureza é um Quadro Global de Biodiversidade pós-2020 que terá metas e objetivos claros e quantificáveis para enfrentar as causas da destruição.

Guterres também quer a participação de investidores e do setor de negócios colocando a proteção da biodiversidade em seus planos e projetos. Para ele, é preciso investir na produção sustentável em todas as etapas da cadeia de suprimentos.

O Secretário-geral acredita que o mundo está travando uma guerra com a natureza e fazendo com que ecossistemas se transformem em brinquedos do lucro.

Oceanos sufocados pelo plástico

Ressalta que as atividades humanas estão a enviar lixo para as florestas, selvas, terras aráveis, oceanos, rios, mares e em lagos que antes prosperavam. Guterres lembra que atualmente a água e o ar estão contaminados com químicos e pesticidas e sufocados pelo plástico.

O chefe das Nações Unidas afirma que a produção insustentável e hábitos de consumo monstruosos estão a degradar o globo, afirmando

que a humanidade se tornou uma “arma de extinção em massa” com um milhão de espécies sob risco de desaparecerem para sempre. Uma escala de destruição que, segundo ele, tem um alto preço.

Reformar arquitetura financeiro-global

O Secretário-geral chegou à COP15, no Canadá, com uma mensagem central sobre a perda de empregos, o arraso econômico, o aumento da fome, dos preços dos alimentos, energia, água, a alta de doenças e a degradação do planeta.

A guerra contra a natureza, é em si mesma, uma guerra contra as próprias pessoas. António Guterres voltou a dizer que é preciso continuar a implementação e ação climática proposta na COP27, no Egito, e citou a criação do Fundo de Perdas e Danos, como um dos pontos positivos.

Mas o mundo ainda tem um longo caminho a percorrer para fazer a transição para as energias renováveis e reformar a arquitetura financeiro-global e principalmente a forma como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento operam.

“Faz de conta” para clientes – “greenwashing”

Guterres acredita que a ação climática e a proteção da biodiversidade são dois lados da mesma moeda. E é preciso adotar quadros regulatórios e medidas de transparência que acabem com o chamado “greenwashing”, uma espécie de “faz de conta” para os clientes de que a empresa é ambientalmente correta, tornando o setor privado responsável pelos seus atos.

Para o responsável das Nações Unidas, os países desenvolvidos têm que fornecer apoio financeiro de fato para as nações do Sul Global, como guardiãs da natureza após séculos de exploração e perdas.

António Guterres diz que isso deve ser feito de mãos dadas com os indígenas e as comunidades locais incluindo os jovens.

Ele concluiu ressaltando que a humanidade tornou o mundo uma bagunça e não é permitido querer que as próximas gerações limpem o que se fez.

Para o líder das Nações Unidas, é hora de ação e de adotar o Pacto com a Natureza.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

O que devemos saber sobre o Fundo de Perdas e Danos do Clima



Imagem com DR

Anunciado na conclusão da Conferência da ONU sobre Mudança Climática, COP27, no Egito, iniciativa ocorre após décadas de pressão de países em desenvolvimento e vulneráveis à urgência climática; Fundo deve fornecer assistência financeira às nações mais impactadas pelos efeitos do clima.

Representantes de 24 países devem trabalhar juntos, no próximo ano, para decidir o formato do Fundo de Perdas e Danos, que países deverão contribuir para a proposta, onde e como o dinheiro será distribuído.

1.O termo “perdas e danos” dominou a COP27. O que isso significa exatamente?

Perdas e danos sinalizam as consequências negativas que surgem de riscos inevitáveis da mudança climática como o aumento do nível do mar, ondas de calor prolongadas, desertificação, acidificação dos oceanos e eventos extremos. A lista inclui os incêndios nas matas, espécies em extinção e safras destruídas. Com a crise climática, esses episódios acontecem com mais e mais frequência e as consequências vão se tornando mais severas.

2. Historicamente, os países do G20 têm emitido a maior parte dos gases que causam o efeito estufa e agravam a crise climática. Como isto tem impactado os países em desenvolvimento?

O continente africano, por exemplo, são os que menos contribuem para a mudança do clima, mesmo assim eles são os mais vulneráveis a seus impactos. Eles teriam que gastar cinco vezes mais para se adaptar à crise climática do que investem em cuidados de saúde.

Os países do G20, enquanto isso, representam cerca de 75% das emissões de gases que causam o efeito estufa. Já o Paquistão registrou US\$ 30 bilhões em prejuízos em cheias graves. A nação asiática gera menos de 1% das emissões globais.

3. Como os fundos podem ser captados ou mobilizados para compensar as perdas e danos?

Uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, mostra que faltam recursos financeiros para a adaptação à crise do clima. O Relatório Lacuna de Adaptação 2022 indica que os fluxos financeiros internacionais para nações em desenvolvimento estão cinco a 10 vezes abaixo das necessidades estimadas, e devem ser necessários US\$ 30 bilhões por ano até 2030. As necessidades de perdas e danos estão conectadas intimamente com a nossa habilidade para mitigar e se adaptar à mudança do clima.

Alguns instrumentos financeiros tradicionais poderiam ser usados para lidar com perdas e danos. A proteção social, a contingência financeira, o seguro contra risco de catástrofe e títulos da catástrofe podem fornecer uma certa proteção e pagamentos rápidos após acidentes naturais.

De qualquer forma, uma base mais alargada de doadores e ferramentas de financiamento inovador seriam necessários para responder à magnitude das perdas e danos.

4. Quais são alguns exemplos dessas ferramentas inovadoras?

O secretário-geral da ONU, António Guterres, por exemplo, pediu o uso de impostos imprevisíveis sobre as empresas de combustíveis fósseis e a utilização do dinheiro com pessoas que estão sofrendo com os altos preços dos alimentos e dos serviços de energia, além de países que vivem perdas e danos causados pela crise do clima.

Outros pediram a troca da dívida por perdas e danos, impostos internacionais e um mecanismo de facilitação de financiamento por perdas e danos sob a Convenção sobre Mudança Climática. Nas COPs 26 e 27, entidades filantrópicas e governos de vários países prometeram fundos para perdas e danos. Esses esforços poderiam ser aumentados com base na alta dos desafios das comunidades mais vulneráveis nessa área.

5. O que o Pnuma está fazendo para combater as perdas e danos?

O Pnuma está na liderança da produção de conhecimento e ciência atualizados sobre o impacto da mudança climática. A agência da ONU apoia os países em sua coleta e processamento de informação e estatísticas ambientais. Estudos de referência do Pnuma como o Relatório sobre Lacuna de Emissões e o Relatório sobre Lacuna de Adaptação fornecem informação crítica a legisladores em todo o mundo.

A adaptação baseada no ecossistema e na comunidade é crítica para construir a resiliência aos impactos da crise climática. O Pnuma está apoiando mais de 50 projetos baseados no ecossistema. Essas iniciativas têm como meta restaurar cerca de 113 mil hectares e beneficiar aproximadamente 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo.

O Pnuma também fornece suporte para assistência técnica comandada pela demanda à informação sobre o clima como sistemas de alerta e construção da capacidade em países como Timor-Leste, Azerbaijão, El Salvador, Gana, Maldivas, Sudão e os países-ilha em desenvolvimento do Pacífico.

6. O Fundo de Perdas e Danos será efetivo?

É importante que o Fundo de Perdas e Danos combata as lacunas que as instituições financeiras do clima como o Fundo Verde do Clima não preenchem. A adaptação combinada e os cursos de mitigação financeira em 2020 ficaram pelo menos US\$ 17 bilhões atrás dos US\$ 100 bilhões prometidos aos países em desenvolvimento.

A Comissão Transicional deverá fazer recomendações para o começo das operações do Fundo. A Comissão também recomendará que países deverão receber o dinheiro e quem deverá pagar. Todas as demandas serão decididas pelo grupo.

Mas para o mecanismo ser eficiente, as causas da mudança climática precisarão ser combatidas. E isso envolve a redução das emissões. A não ser que as emissões baixem drasticamente, mais e mais países deverão enfrentar as consequências devastadoras da mudança do clima. O mundo precisa, urgentemente, de encontrar mais recursos para mitigação, adaptação e perdas e danos para que a mudança climática não acabe com as chances da humanidade de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: [ONU News](#) - Perspectiva Global

[Saiba mais Aqui](#)

ETUI

Reflexão

Proposta da Comissão Europeia relativa a um mecanismo de correção do mercado do gás



Imagem com DR

A Comissão Europeia lançou a 22 de novembro, a sua proposta para limitar os preços excessivos do gás, que foi rotulada como um «mecanismo de correção do mercado» destinado a limitar os preços excessivos quando não estão relacionados com picos de preços a nível mundial.

Prevê-se que o chamado «limite máximo do gás» dure um ano e entre em vigor no caso de existirem dois fatores de desencadeamento: se os preços futuros de um mês do TTF neerlandês excederem 275 EUR/MWh durante duas semanas e se a diferença entre o preço do TTF e o preço mundial do gás natural liquefeito (GNL) for igual ou superior a 58 EUR.

Se estes critérios forem cumpridos, será publicado um aviso e o mecanismo será ativado, impedindo a negociação de produtos com um mês de antecedência acima do preço fixado. Se os preços baixarem ou se os preços do mercado mundial também se tornarem elevados, o limite máximo de preços será desativado.

O preço de mercado atual do TTF para dezembro de 2022 é de €121/MWh.

A Comissão sublinhou que não se trata de uma intervenção regulamentar para fixar o preço no mercado do gás. Pelo contrário, a medida deve ser encarada como um mecanismo de último recurso para evitar episódios de preços excessivamente elevados, que não estão em consonância com a evolução dos preços a nível mundial.

É importante notar que o «limite» abrangerá apenas os produtos para o mês seguinte, que representam «cerca de 22%» do comércio no TTF neerlandês, ao passo que os preços à vista e os produtos para o dia seguinte não serão abrangidos, nem o comércio de balcão.

A proposta era esperada há várias semanas, na sequência da apresentação da ideia e de os dirigentes da UE terem chegado a acordo de princípio em meados de outubro.

Com a regulamentação dos preços do gás, a Comissão seguiu um caminho de zigue-zague no último mês. Embora tenha inicialmente apoiado a ideia [de um teto de preços "dinâmico"](#) (e, mais cedo, até [o mecanismo ibérico](#) de controlo de preços), fez uma reviravolta surpreendente no final de outubro, publicando [um "non-paper"](#) que se mostrava muito cético quanto à existência de um limite de preços.

As principais preocupações levantadas pelo documento eram de que um limite máximo de preços poderia aumentar a procura de gás e ameaçar a segurança energética.

O resultado é que a atual proposta pretende ser um limite máximo sem ter um teto. Alguns especialistas chamam a isto [uma piada](#), a Comissão chama-lhe "mecanismo de correção do mercado" (de último recurso), usando a palavra "limite máximo" mas evitando a palavra "limite máximo", uma vez que não existe um valor-limite.

Embora forneça uma válvula de segurança para o pior cenário, a proposta parece ser principalmente uma medida simbólica que nunca seria realmente desencadeada na realidade.

Esperava-se que a proposta fosse adotada numa reunião dos Ministros da Energia em 24 de novembro. Os Estados-Membros estão profundamente divididos, com a Polónia, a Bélgica, a Itália e a Grécia a apoiarem muito o "limite máximo de preços" e a Alemanha e os Países Baixos a oporem-se.

Uma vez que os ministros da Energia não conseguiram chegar a acordo sobre o mecanismo de correção do mercado e sobre os seus limites de preços, apesar de apoiarem o pacote mais amplo, a questão foi [adiada](#) para outra reunião de emergência do Conselho (Energia) em dezembro.

Os parceiros sociais são muito críticos em relação à proposta.

A **CES** insiste em defender o seu [plano de 6 pontos para os](#) trabalhadores, que inclui aumentos salariais, medidas específicas para os vulneráveis, tributação dos lucros adicionais, um limite máximo de preços eficaz, reregulamentação dos mercados da energia e envolvimento dos parceiros sociais na conceção das medidas. Inspira-se igualmente na [resolução](#) do Comité Executivo da CES de 28 de outubro sobre propostas destinadas a atenuar a crise energética.

É favorável a um limite máximo de preços eficaz, tendo igualmente em conta o mecanismo da Península Ibérica, tomando simultaneamente nota das potenciais ameaças à segurança energética e salientando a importância da poupança de energia, mas sem sobrecarregar os grupos vulneráveis. A CES refere igualmente a importância de cumprir os objetivos da política climática.

A IndustriAll Europe [alerta para a necessidade de a](#) UE evitar uma emergência social, industrial e climática, salientando a importância de

combater os preços da energia (tanto para as famílias como para a indústria), proteger os postos de trabalho, investir nas indústrias europeias e cumprir os objetivos climáticos através de uma transição justa.

Remete igualmente para o seu anterior [documento de posição](#) sobre a resolução da crise energética, que proponha uma reforma radical dos mercados, das redes e da produção de energia, encarando a energia como um bem público estratégico que deve ser acessível a todos.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS.

[Aceda à versão original Aqui.](#)

Documentos e posições sindicais sobre a crise energética



Imagem com DR

A CES sobre a crise energética

No final de junho, o Comité Executivo da CES adotou uma [resolução](#) sobre a crise dos preços da energia.

Esta resolução salienta que a disparada dos preços do petróleo, do gás e da eletricidade – sobretudo devido à invasão da Ucrânia pela Rússia – reduziu o poder de compra de muitos cidadãos da UE e aumentou a pobreza energética.

Apela à UE para que reduza rápida e drasticamente a sua dependência das importações russas de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que trabalha no sentido de alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. A CES salienta que a ação climática é parte da solução para garantir um aprovisionamento energético suficiente, a segurança energética e a acessibilidade dos preços da energia, bem como para reduzir a flutuação dos preços da energia e a disponibilidade de matérias-primas.

Ao mesmo tempo – continua a resolução – os decisores políticos precisam de acelerar e intensificar as medidas políticas de apoio aos consumidores, trabalhadores e empresas mais afetados. Em seguida, a CES apresenta propostas concretas de medidas que considera necessárias para proteger os cidadãos vulneráveis da UE das consequências negativas da crise.

O aumento dos preços da energia afeta diretamente o poder de compra dos trabalhadores, que veem as suas faturas de energia aumentar, muitas vezes a um ritmo superior ao dos seus salários. Este é especialmente o caso dos agregados familiares de baixos e médios rendimentos que assinaram contratos de energia flexíveis, uma vez que, antes da crise, mais de 34 milhões de pessoas na União Europeia viviam em situação de pobreza energética.

Em seguida, a CES passa em revista as principais ações e medidas tomadas pela UE no período mais recente. Isto começa com a [caixa de ferramentas](#) lançada em outubro passado, que fornece uma lista de medidas que os Estados-Membros podem tomar para aliviar os encargos para os consumidores a curto prazo.

Em março de 2022, a Comissão adotou o [Plano REPowerEU](#), uma ação europeia conjunta para uma energia mais acessível, segura e sustentável para reduzir a dependência da UE das importações de gás russo e atenuar a crise dos preços da energia, complementada por medidas mais pormenorizadas anunciadas em 18 de maio.

A 23 de março, seguiu-se uma terceira comunicação, intitulada «[Segurança do aprovisionamento e preços da energia acessíveis](#)», para atenuar os elevados preços da energia através de compras de gás comuns e obrigações mínimas de armazenamento de gás, enumerando igualmente medidas de compensação e apoio direto aos utilizadores finais pobres, que incluem salvaguardas contra cortes de ligação, reduções fiscais, a reforma dos regimes de apoio às energias renováveis e a concessão de auxílios estatais a empresas e indústrias.

Embora se congratule com as medidas, a CES também alertou para que os decisores políticos devem estar atentos para não substituir uma dependência por outra. Deve ter-se presente que alguns regimes políticos de países exportadores de combustíveis fósseis violam os direitos humanos. Ao mesmo tempo, métodos como a fraturação hidráulica têm uma pegada de carbono muito elevada.

Quaisquer novos acordos devem, por conseguinte, ser celebrados com base em avaliações de impacto sólidas e incluir condições rigorosas no que respeita ao respeito dos valores democráticos, dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores e da proteção do ambiente.

A CES acrescenta que os futuros contratos relacionados com a importação de energia produzida a partir de combustíveis fósseis devem ter em mente os objetivos da política climática do Pacto Ecológico Europeu e garantir que estes contratos de combustíveis fósseis permaneçam limitados a curtos períodos de tempo.

Se forem construídas novas infraestruturas para os combustíveis fósseis, estas deverão estar prontas a ser utilizadas no futuro para a importação de hidrogénio neutro em termos climáticos.

A CES insiste na necessidade de fazer do "princípio da prioridade à eficiência energética" e da poupança de energia elementos centrais da estratégia REPower da UE. Os países da UE devem, por exemplo, intensificar as suas estratégias de renovação de edifícios através de planeamento público e investimento público para ajudar primeiro os agregados familiares com rendimentos mais baixos.

A CES manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de «a dimensão social da crise atual e o desafio que coloca em relação às mudanças dramáticas que precisamos de sofrer urgentemente estar em grande medida ausente do Plano REPowerEU».

A CES exige mais investimento público e apela aos decisores políticos da UE para que revejam e redesenhem o quadro orçamental da UE, permitindo uma maior flexibilidade no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Paralelamente, os decisores políticos devem procurar fontes adicionais de receitas através de uma tributação mais justa e eficaz. De acordo com o Comité Executivo da CES, a UE deve encorajar fortemente os Estados-Membros a tributarem os lucros aleatórios obtidos pelas empresas de energia e pelos intervenientes no mercado devido à crise dos preços da energia, instando também os Estados-Membros a aplicarem medidas extraordinárias para proteger os trabalhadores e as empresas em dificuldade.

Para além das medidas urgentes de apoio aos consumidores e aos trabalhadores, a CES insta os decisores políticos da UE a analisarem mais

atentamente o atual funcionamento do mercado da energia da UE.

IndustriAll sobre planos de redução de gases

Em 20 de julho de 2022, a Comissão Europeia lançou propostas aos Estados-Membros da UE sobre a forma de reduzir a procura de gás face à redução da oferta e à guerra na Ucrânia, com o [Plano Europeu de Redução da Procura de Gás](#) e um novo instrumento jurídico adequado para o efeito. [A IndustriAll reconhece que a cooperação e a](#) solidariedade entre os países europeus são fundamentais nas próximas semanas e meses, mas chama a atenção dos decisores políticos europeus para o facto de que os trabalhadores afetados pelas reduções de gás e energia também devem ser solidários por parte dos empregadores e dos governos.

O Secretário-Geral da IndustriAll Europe, Luc Triangle, sublinhou: «Estas propostas terão enormes implicações para os nossos membros e trabalhadores em toda a Europa – tem de haver avaliações de impacto social pormenorizadas e diálogo com os parceiros sociais para garantir que não infligimos mais danos a longo prazo às nossas sociedades na resposta a esta situação crítica».

O sindicato sublinha ainda que, para além dos pacotes de salvamento destinados a amortecer o impacto sobre os cidadãos, são necessárias medidas para assegurar um trabalho industrial digno sob a forma de financiamento, ajudas de capital e garantias.

A situação atual constitui um desafio monumental para a UE, mas a IndustriAll considera que devem ser utilizados todos os meios para assegurar o bom funcionamento do aprovisionamento de gás, mesmo em caso de falta de fornecimentos por parte da Rússia.

Defende que as indústrias de fundações devem ser consideradas de importância estratégica e protegidas como tal na crise de aprovisionamento energético. Para além do número significativo de postos de trabalho em jogo no ecossistema das indústrias com utilização intensiva de energia, estes são a pedra angular da autonomia estratégica da Europa, uma vez que fornecem produtos e materiais de base cruciais para a economia europeia.

Business Europe sobre a Diretiva de Emissões Industriais (IED 2.0)

A Business Europe diz que os elevados preços da energia, as cadeias de abastecimento interrompidas e a inflação elevada colocam dificuldades existenciais às empresas que já estiveram sob pressão nos últimos anos devido à crise da Covid-19.

A situação dramática exige um quadro político da UE que atenuar estes graves desafios, apoiando simultaneamente a necessária transformação industrial necessária para concretizar os objetivos a longo prazo do Pacto Verde.

A federação europeia de empregadores manifesta a sua preocupação pelo facto de a proposta de revisão da [Diretiva relativa às emissões industriais \(IED 2.0\)](#) se afastar destes imperativos. Embora reconheça as intenções da Comissão Europeia de racionalizar a diretiva, promover a inovação e reduzir as emissões, não considera que a atual proposta atinja estes objetivos.

Pelo contrário, diz a Business Europe, os novos requisitos propostos geram incertezas jurídicas, arriscando-se a prolongar e complicar os procedimentos de licenciamento, e a minar a transformação industrial em curso, não tendo em conta os períodos de funcionamento nem os ciclos de investimento das instalações industriais.

De acordo com a federação patronal, a novidade da DEI 2.0 é que os valores-limite de desempenho ambiental passariam a ser vinculativos e esta nova obrigação poderia comprometer a transformação industrial e a inovação, uma vez que os níveis de desempenho ambiental associados às conclusões das melhores técnicas disponíveis (MTD) não teriam em conta as especificidades dos diferentes processos de determinados tipos de instalações.

A Business Europe considera que estabelecer todas as condições de licenciamento nos extremos mais baixos da gama MTD é tecnicamente impossível para qualquer instalação: uma instalação pode emitir diferentes

poluentes e não pode cumprir os valores-limite de emissão mais baixos para cada um dos parâmetros.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Aceda à versão original Aqui.](#)

NOTÍCIAS NACIONAIS

Pacote legislativo Ambiente+Simplex



Imagem com DR - Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na apresentação do pacote legislativo Ambiente+Simplex, Alcochete, 7 dezembro 2022

O [pacote legislativo Ambiente+Simplex](#) «representa uma grande transformação no processo de licenciamento ambiental», afirmou o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na apresentação desta iniciativa Simplex e inauguração do centro eletroprodutor solar da Iberdrola em Alcochete, que foi presidida pelo Primeiro-Ministro, António Costa.

Duarte Cordeiro lembrou que «a proposta inicial foi aprovada em julho no Conselho de Ministros e a discussão pública durou 53 dias, muito mais do que o tempo normal, com mais de 250 entidades a dar contributos», tendo o Governo procurado «equilibrar os princípios que o levaram a este pacote legislativo».

O Ministro sublinhou a importância de simplificar o licenciamento ambiental «no contexto que estamos a viver» para responder «aos principais desafios ambientais», apontando o reaproveitamento da água, a transição energética, a descarbonização da economia e a economia circular, «tudo contribuindo para o combate às alterações climáticas».

Duarte Cordeiro referiu como exemplos a simplificação da produção de

hidrogénio verde, a das regras para reutilização das águas recicladas, retirar obrigatoriedade de gás em todos os edifícios e acelerar para duplicar, no final de 2023, o solar existente no início de 2022.

«Procurámos simplificar, mas não desproteger», sublinhou, acrescentando que «a maior parte das medidas estão dirigidas para as áreas não sensíveis», nas quais «é possível a simplificação ambiental, respondendo aos principais desafios ambientais» da atualidade.

[Fonte: Portugal.Gov.Pt](https://www.portugal.gov.pt)

Governo prolonga até final de 2023 apoios a quem perdeu o trabalho com fecho da central do Pego

Os apoios de até 3,5 milhões de euros para os ex-trabalhadores da central a carvão do Pego deveriam terminar este mês, mas o Ministério do Ambiente prolongou a validade desta iniciativa até ao final de 2023.

O Ministério do Ambiente anunciou esta quinta-feira que o Fundo Ambiental irá prolongar até 31 de dezembro de 2023 os apoios aos antigos trabalhadores da central do Pego, que perderam o emprego devido ao encerramento da termoelétrica a carvão que era explorada pela Tejo Energia, e que fechou em novembro de 2021.

O Fundo Ambiental tem uma verba total de 3,5 milhões de euros para distribuir a quem perdeu o emprego, entre os anos 2021, 2022 e 2023.

“A atribuição da compensação é aplicável enquanto se mantiverem válidas as condições de elegibilidade do beneficiário, decorrendo o prazo de apresentação das candidaturas ao incentivo desde o dia 9 de dezembro de 2021 até 30 de novembro de 2023”, explica o Ministério do Ambiente em comunicado.

De acordo com a mesma fonte, “o pagamento será efetuado mensalmente para a conta do beneficiário identificada no processo de submissão, e este receberá a notificação através da plataforma do Fundo Ambiental, assim que estejam reunidas as condições para o exercício do direito à compensação, até final de 2023”.

O Governo justifica o prolongamento do apoio aos ex-trabalhadores da central do Pego com os prazos previstos para a concretização do projeto de reconversão da central, por via de um investimento em energias renováveis, que irão injetar eletricidade no ponto de rede que era até 2021 explorado pela Tejo Energia. Essa reconversão deverá absorver parte dos ex-trabalhadores da central a carvão.

A compensação paga pelo Fundo Ambiental é atribuída aos ex-funcionários até que estes encontrem trabalho, e corresponde à média do valor da remuneração líquida mensal declarada à Segurança Social nos últimos 12 meses anteriores à data de cessação do contrato de trabalho, incluindo os subsídios de férias e de natal e outras componentes remuneratórias regulares normalmente declaradas à Segurança Social e habitualmente pagas ao trabalhador.

Este apoio do Fundo Ambiental foi criado com a dotação de 3,5 milhões de euros, mas para vigorar apenas no final de 2021 e no ano 2022. É agora prolongado para 2023, mas com o mesmo teto de despesa. O comunicado do Ministério do Ambiente não indicava qual o valor já desembolsado até à data.

Contactado pelo **Expresso**, o Ministério esclareceu que até ao momento foram pagos 872 mil euros, beneficiando 54 trabalhadores.

Fonte. Expresso

[Aceda à notícia Aqui.](#)


Publicação com o Apoio de:



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

